



**A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL - PETI
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DIFERENTE**

RELATÓRIO DA OFICINA REGIONAL - PALMARES, 04, 05, 06 de maio de 98.

**RELATÓRIO DA OFICINA REGIONAL SOBRE
A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO
INFANTIL - PETI UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DIFERENTE**

**PROJETO
FORMAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS ENVOLVIDOS COM O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL – PETI**

Este projeto começou com o apoio financeiro do UNICEF de novembro de 1997 até abril de 1998 e tem a continuidade assumida pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SAS até de 30 de dezembro de 1998

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Abdalaziz de Moura Xavier de Moraes
Antônio Roberto Mendes Pereira
Francisco das Chagas Dantas

SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA
Rod. PE 50 Km 14, Campo da Sementeira – Zona Rural
CEP 55620-000 - Glória do Goitá – PE
Fax: (081) 3658.1265 - Tel.: (081) 3658.1226
e-mail: serta@serta.org.br

APRESENTAÇÃO

Colocar a questão da alimentação escolar como objeto de construção de conhecimento e de pesquisa, foi o bastante para se abrir um leque de alternativas viáveis para melhorar a aprendizagem dos alunos, a consciência de sua cidadania, a qualidade da alimentação, as etapas de compra, armazenamento, distribuição, preparo, investimento junto aos agricultores etc.

Este documento relata a experiência da oficina sobre Merenda Escolar, realizada a nível regional, com participação de 16 municípios da zona da mata sul, 13 que já utilizam o Programa Criança Cidadã/Mão Amiga: Cabo de Santo Agostinho, Palmares, Catende, São Benedito do Sul, Jaqueira, Água Preta, Barreiros, Tamandaré, Maraial, Primavera, Joaquim Nabuco, Xexéu, e 03 que estavam se preparando: Serinhaém, Ribeirão, Cortês e Gameleira.

Este relatório não é uma mera descrição do processo. É um esforço de reelaboração, a partir da oficina, para quem participou, se enriquecer, e para quem não participou, possa se informar. O público foi de pessoas com tarefas de coordenação, direção, assessoria, administração da merenda escolar ou do Programa Criança Cidadã/Mão Amiga. Pessoas que de uma forma mais direta ou indireta, têm poder de decisão no município, ou está mais próxima das pessoas com esse poder. Seguiram-se outras oficinas locais no Cabo de Santo Agostinho, Tamandaré, Jaqueira, a próxima a ser realizada, será em Barreiros 22 e 23 de maio.

Fazia parte do público das oficinas locais, educadoras de apoio, monitoras e merendeiras. Pessoas no nível de execução do programa. Logo que se pensou na idéia de estudar esta questão, ficou claro que não adianta trabalhar apenas com um tipo de ator social, mas todos os envolvidos, abrindo perspectivas para outros que ainda não estão, como os produtores do município, que poderão se envolver no futuro.

O tema da merenda escolar, que segundo os participantes, não deve ter mais este nome, pois não se trata mais de um pequeno lanche, e sim de ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, por conta de todo o processo que se opera, no trato da mesma, é a segunda temática de 1998, do programa de FORMAÇÃO DE SUJEITOS SOCIAIS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, que teve inicialmente, o apoio financeiro do UNICEF que agora, a SAS, continua. O mesmo é executado e coordenado pelo SERTA.

Neste Programa constam mais duas temáticas até o mês de junho, onde haverá uma avaliação e sistematização desta proposta de formação. Nesta oportunidade, será organizado o calendário das oficinas do segundo semestre. São todas com temas transversais, tentando construir interfaces e pontes entre o Programa de Erradicação e a globalidade do município.

I. PRIMEIRA PARTE:

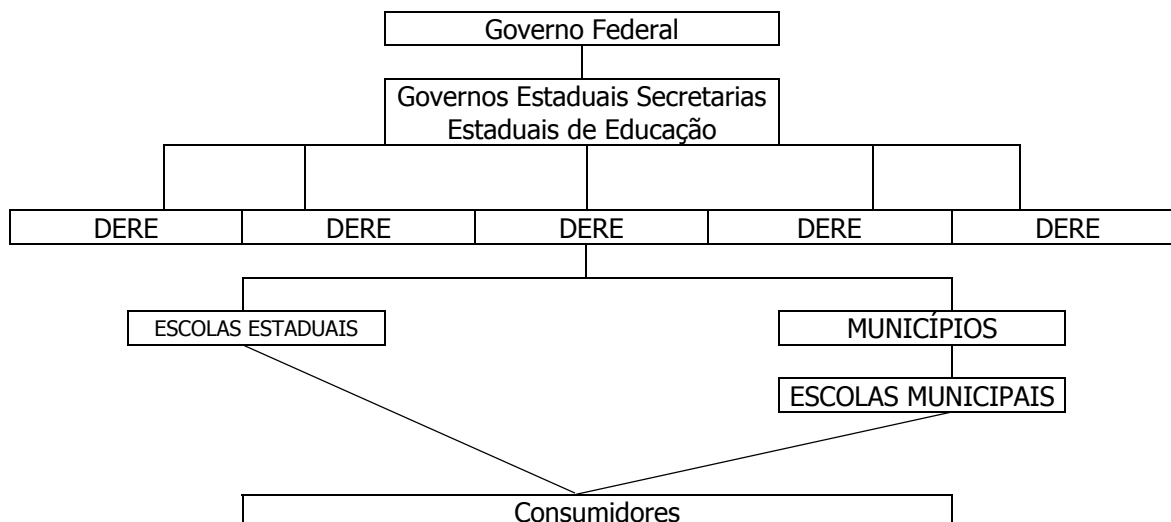
1. COMO A QUESTÃO DA MERENDA ESCOLAR ERA TRATADA

Depois da ambientação inicial e das justificativas da oficina, apresentada pela equipe de educadores do SERTA, houve um levantamento da história da merenda escolar, a partir do conhecimento das pessoas presentes. Entre estas, havia pessoas com longa experiência no campo da administração escolar, do ensino, da direção e coordenação. Alguns aspectos foram retomados da própria experiência do tempo de estudantes de alguns.

O objetivo deste levantamento inicial era socializar os conhecimentos e experiências neste campo e observar a lógica que existia no processo da merenda escolar. Entre os aspectos levantados pelos participantes, que mais chamaram a atenção, convêm lembrar alguns.

A merenda escolar, como outras distribuições de alimentos por igrejas e governos, teve origem na superprodução agropecuária dos Estados Unidos, que estavam com problemas de manter tantos excedentes. Depois da Segunda guerra, sobretudo na década de 50, os Estados Unidos da América colocaram na agenda da sua Política Externa, a "ajuda aos países pobres" e passaram a distribuir leite, fubá, óleo, queijo, e outros. Contribuiu para matar a fome imediata de muitas famílias, porém deixou um saldo grande de paternalismo, assistencialismo e dependência. Era sempre difícil fazer um trabalho de conscientização e promoção social nas comunidades beneficiadas por este tipo de ajuda.

O governo brasileiro deu continuidade na distribuição de merenda escolar de uma forma centralizada, comprando os alimentos, distribuindo nos estados e estes nas escolas do Estado e nos municípios. Tarefa que exigiu centros de distribuição, armazenamento, transportes bastante complicada nas dimensões do país. O esquema era mais ou menos o seguinte.



2. QUAL A LÓGICA QUE EXISTIA NESTE TRATAMENTO

A lógica embutida em tal esquema de trabalho, implicava na decisão de muitas instâncias e pessoas, para os alimentos chegarem até a boca dos beneficiados e consumidores, os alunos e comunidade escolar. Como se a tarefa destes fosse apenas de entrar com a “mão de obra” do preparo e com a “boca para o consumo”. Todas as decisões importantes eram tomadas antes de chegar a merenda na escola e no município. O que chegaria? Quando? Quanto? Para quanto tempo? Eram questões que as escolas e os municípios não podiam responder. “Cavalo dado, não se olha os dentes!”

Os participantes da oficina contaram muitas histórias sobre este período, como comida que chegava com validade vencida, alimento que chegava, sem o complemento do outro, leite sem açúcar ou vice-versa, períodos grandes sem chegar merenda, problemas de armazenamento, transporte, alimentos deteriorados. As técnicas da SAS que faziam supervisão na região haviam recolhido no dia anterior mais de meio saco de feijão completamente bichado (com gorgulho) imprestável para o consumo.

Estes fatos produziam um comportamento típico. Como era de graça, como era doação, podia vir ou não vir, chegar a tempo ou não, chegar uma coisa e outra não. Era como não dissesse respeito aos consumidores. A estes cabia apenas comer, se quisessem, se não, não havia obrigação.

Evidente que uma lógica desta não exigia um conteúdo pedagógico, uma preocupação mais esmerada por conta do professorado, em relação ao ensino/aprendizagem. Era como algo que não fazia parte do pedagógico, era meramente administrativo. Na escola, era um tempo reservado, onde paravam as tarefas pedagógicas para a merenda. Diante disto, não se colocavam questões de participação da comunidade escolar, nem sobre a distribuição, compra, consumo etc. Depois dos alunos merendarem, continuava o que era pedagógico, o que era objeto do plano de aula da professora, e do que era conteúdo programático da escola.

3. O PROCESSO DE ESTADUALIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO

A prática mostrou a inviabilidade de tal processo. Por razões, sobretudo, de ordem prática e financeira, a tarefa passou para o domínio do Estado. O Governo Federal ficou com o financiamento e a fiscalização. Pretendia-se ser mais ágil, mais atento aos costumes culturais, investir mais dentro do Estado e aumentar o nível de participação na decisão sobre o processo. Segundo os participantes, o esquema foi apenas diminuído, mas não tocou na lógica, nem na natureza. Continuou autoritário, centralizador, tratando a comunidade escolar apenas como consumidores, só com “boca para comer”, sem “cabeça para opinar”. Os problemas de distribuição continuaram, como o exemplo do feijão recolhido, a chegada de um só ou poucos produtos, validade com tempo vencido, produtos de má qualidade sem condições de ser consumido etc. Os problemas de armazenamento também permaneciam. O que acontecia na instância maior, se repetia na menor.

Seguindo todas as tendências atuais de gestão pública, a merenda está aos poucos sendo municipalizada. Há uma série de orientações do MEC, para que, com a municipalização, sejam criadas Conselhos de Alimentação Escolar, com lei municipal e regimento interno, **Núcleo de Promoção de Qualidade**, com muitas atribuições, orientações para compra. (Lei Nº 8.913/94, Portaria do MEC 291 de 08/08/96.). Alguns

municípios já tomaram iniciativas neste sentido. Entre os presentes, havia alguns participando destas iniciativas. Porém, tem sido mais uma realidade no papel, como se as orientações do MEC, fossem apenas exigências burocráticas.

No aprofundamento sobre a questão da municipalização, foi comentado que alguns municípios, permanecem com a mesma lógica anterior, como se a merenda fosse distribuída pelo governo federal ou estadual. Poucas pessoas tendo conhecimento do processo, das decisões, das compras, da distribuição. Permanecendo como uma questão meramente administrativa e burocrática, onde a comunidade escolar se apresenta apenas como consumidores, "**com boca para comer, mas não cabeça para opinar**"!

Foi observado que o processo centralizador dos governos federal e estadual, passa por uma fiscalização muito forte. Olham para os mesmos, o poder legislativo, os partidos de oposição, a imprensa nacional e internacional. Todos estes cobram transparência, participação, informação dos processos de decisão e execução. Porém, no governo municipal tem menos oposição e a opinião pública é menos exigente. De certo modo, é possível ser tão centralizador no nível municipal quanto no estadual ou federal. O fato de se municipalizar a gestão, não garante automaticamente a descentralização e a participação democrática. Pode contribuir mais, facilitar mais. A municipalização não é mecânica, nem automática, nem se faz por decreto ou portarias, ou mesmo por leis municipais. Essas coisas podem ter função apenas aparente. A mesma lógica centralizadora pode estar numa situação micro, ou numa situação macro, mudando apenas o tamanho, mas não a natureza e o mecanismo. Os participantes, concluíram que a melhoria da alimentação escolar, portanto, não passa só pela municipalização.

4. O QUE O PETI ESTÁ PROVOCANDO DE IMPACTO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR?

Depois de estudar a história a partir do conhecimento e prática dos participantes e de aprofundar a lógica embutida nas três formas de administrar a merenda escolar, houve estudo de grupo para responder a esta pergunta. Vejamos a seguir, uma síntese das contribuições dos grupos.

Quantidade

Os recursos aumentaram muito, pois passou de merenda para refeições, utilizando-se em média 60% dos recursos dos R\$ 25,00 reais per capita.

Distribuição

Passaram a exigir muito mais trabalho, incluindo produtos frescos, frios, verduras, carne, ovos, com distribuição semanal.

Armazenamento

Como era em maior quantidade, e com produtos gelados e frescos, passou a exigir freezer ou geladeira nas escolas.

Infra-estrutura

Como se passou a cozinhar refeições, apareceram necessidades de reformas nas escolas ou construção de cozinhas, dispensa, aquisição de equipamentos como fogão, liquidificador, mesas e refeitório.

Preparação

Passou a exigir mais da merendeira, mais tempo de trabalho e maior qualificação. Escola sem merendeira passou a ser problema. Aumentou o número de refeições e também de alunos em todas as escolas, e conseqüentemente, os serviços de lavagem e limpeza.

Resultados nas crianças

As crianças estão bem alimentadas, mais saudáveis, com melhores hábitos higiênicos, com mais disciplina na hora da comida. No início do Programa, a fome ainda era grande, alguns comiam demais, mas agora, se habituaram a comer normalmente, melhorando o raciocínio e aprendizagem na escola.

Participação

A merendeira sente-se hoje mais responsável pelo processo dos alunos, tem outra auto-estima, é considerada e respeitada pelos alunos, tem um pouco de "mãe, professora e merendeira". Opina no cardápio, reclama atraso na distribuição da comida e do gás. Em várias escolas, há ajuda eventual das mães. Os alunos opinam, colocam suas preferências, ajudam nas hortas.

5. SÍNTESE: A TENSÃO ENTRE LÓGICAS DIFERENTES

O aprofundamento deste assunto partiu da comparação entre as novas demandas e a lógica tradicional de pensar a alimentação escolar. Observou-se que a prática do Programa da Bolsa Escola estava exigindo uma nova maneira de considerar a merenda, pois não se tratava mais de um apêndice, de uma coisa que podia ter ou não ter na escola, que vinha “um dia e oito não”. O recurso vem do governo federal, mas a compra é o município que faz e não é pouco o dinheiro, é muito.

A nova situação criada pelo Programa da Bolsa Escola estava exigindo uma reflexão não só **administrativa e burocrática**. Exigia:

- Uma reflexão **política**, sobre o significado para o município, a escola e as comunidades.
- Uma reflexão **financeira e econômica**, sobre a melhor utilização dos recursos e dos investimentos feitos no próprio município.
- Uma reflexão **pedagógica**, sobre como a alimentação escolar se relaciona com o ensino e a aprendizagem.
- Uma reflexão **nutricionista**, sobre as condições nutritivas e culinárias, para melhorar qualidade.

Destas reflexões surge a evidência de que a alimentação escolar tem muitas interfaces entre sujeitos envolvidos, entre instâncias do governo, entre realidades diversas. Pode envolver mais ainda, como as comunidades produtoras dos municípios, o comércio local, as famílias dos alunos. Os alunos e as merendeiras podem ser envolvidos não só como consumidoras e preparadoras. Tomar consciências destas interfaces, articular e relacionar os sujeitos sociais envolvidos neste processo, pensar o desenvolvimento municipal, criar alternativas nesta linha são objetivos do Programa de Formação que o SERTA desenvolve com os municípios.

II. SEGUNDA PARTE

1. ESTUDO DA ORIGEM DOS PRODUTOS DA ALIMENTAÇÃO

Os participantes receberam como tarefa, trazer os produtos, ou embalagens ou as relações dos mesmos, que identificassem as respectivas origens. Foi organizada uma grande relação por município com os produtos e suas respectivas origens. Depois de cada um dar suas impressões, foram contados os produtos por Estado. A proporção entre os Estados de origem foi a seguinte:

ESTADOS	QUANTIDADE	%
PE	28	35
PR	12	15
SP	11	13
MG	08	10
GO	07	7,5
OUTROS	17	18,2
TOTAL	93	
PERNAM	28	33
OUTROS	65	67

Este é o resultado do conjunto. Entre os produtos de origem pernambucana, em geral estavam condimentos, xerém, fubá, bolacha doce. Produtos estes, que são beneficiados e empacotados em Pernambuco, sem certeza de sua origem primária. Havia diferença nos municípios, alguns comprando mais produtos do estado, outros comprando fora. Os produtos mais caros em conjunto estão sendo comprados fora do estado de Pernambuco.

2. LEVANTAMENTO DOS

CUSTOS DOS PRODUTOS

A tarefa seguinte foi cada município apresentar seus gastos sobre a alimentação escolar. Nem todos conseguiram as informações junto aos responsáveis locais, porém, com os que conseguiram, foi possível projetar os cálculos médios por mês, por ano e por município dos 13 envolvidos no PETI. O resultado foi um quadro revelador de surpresas e novidades. Ninguém havia imaginado antes! Os municípios não tinham os cálculos uns dos outros. Observando individualmente, sempre parece pouca coisa, mas juntando os 13 municípios que já tem bolsa escola, aproxima-se de três milhões de reais.

Total: anual só do PETI nos 13 municípios - R\$ 2.856.642,00 (Dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais)

Média mensal R\$ 258.53,00

Média semestral R\$ 1.428.321,00

Para se ter uma idéia mais clara sobre a importância desta quantia, houve a conversão para algumas coisas que poderiam ser adquiridas com o mesmo valor.

95 apartamentos no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

220.000 sacos de açúcar no valor de R\$ 13,00 (Treze Reais)

23.805 salários mínimos no valor de

R\$ 120,00 (Cento e Vinte Reais)

219 veículos populares no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

16,8 veículos populares por município.

Apareceu logo a associação de idéia: já pensou se parte deste recurso fosse investida no Estado, nos municípios, nas comunidades? Muitas idéias férteis começaram a ser comentadas para as escolas, os núcleos, os alunos:

1. Jovens ex-alunos se profissionalizarem durante o tempo de escola para cuidar de animais com contrato certo para fornecer leite, ovos, frango para a alimentação escolar.
2. O próprio núcleo aonde tiver espaço e instalação, cuidar de criação, com cooperação dos pais, para fornecer merenda e servir de campo experimental para a aprendizagem.
3. As associações locais, fazerem projetos para investir nestas atividades.
4. A escola e o município discutirem com as comunidades um plano de fornecimento de produtos ao longo do ano para a alimentação escolar, sendo este plano objeto de ensino e aprendizagem para os alunos.
5. Construção de horta onde houver água e espaço, e onde não houver, começar se mobilizar para conseguir, de modo que, além das hortaliças servirem para as refeições, sirvam também para o ensino/aprendizagem.
6. Aproveitar da mão de obra disponível do Programa do PROMATA (Círculos de Educação e Cultura), para providenciar água, muro ou cerca nas escolas e limpeza de terreno para as hortas nas escolas e núcleos.

Em síntese, mais uma comprovação da importância e necessidade de uma reflexão interdisciplinar e transversal sobre a questão da alimentação na escola. Esta reflexão abre pistas e alternativas novas para pensar não só a alimentação em si, como em sua inter-relação com as demais questões.

3. A REFLEXÃO PEDAGÓGICA SOBRE A MERENDA ESCOLAR

Depois de uma reflexão mais política e econômica a respeito da merenda, os participantes estudaram o que se poderia explorar **pedagogicamente** sobre alimentação escolar, para reforço da aprendizagem. O que se poderia explorar em sala de aula e nos espaços e momentos da escola, em relação à merenda escolar, para o ensino do português, escrita e leitura, matemática, história, geografia, ciências, ética, saúde, pluralidade cultural etc. Para isso, foi lido e comentado os **OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL** de acordo com os **NOVOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**.

1. **A partir dos produtos:** origem, meios e formas da produção, industrialização, comercialização, valor nutritivo, quantidades, custos, percurso para chegar até a mesa da escola, embalagens, medidas, pesos, formas, etc.
2. **A partir dos espaços:** cozinha, dispensa, copa, refeitório, horta.
3. **A partir dos momentos:** Compra, distribuição, preparação, armazenamento, limpeza, almoço e lanche, entrada e saída de produtos, trabalho na horta.

Muitas idéias e sugestões surgiram neste debate completando os anteriores. Mas como a esta oficina, houve uma anterior no Cabo e se sucederam outras em Tamandaré e Jaqueira e ainda uma outra será realizada em Barreiros, com monitoras (es) e merendeiras, vamos deixar a discussão desta parte para o relatório das oficinas locais, que foram específicas sobre a questão pedagógica.

III. TERCEIRA PARTE

1. ENCAMINHAMENTOS PARA AS AÇÕES

Na hora de se partir para encaminhamentos práticos, a licitação apareceu como o grande nó da questão para complicar iniciativas criativas. Houve debates e opiniões, escutando as pessoas que lidam mais diretamente com a mesma. Surgiram algumas pistas e observações interessantes.

1. A licitação tem sido apontada como um empecilho a inovações criadoras. No entanto, precisamos ter cuidado para esta desculpa, não embotar a imaginação criadora de se buscar meios.
2. Convém observar que muitas coisas já se podem fazer no nível menor, como na escola, na sala de aula, na horta, na distribuição municipal. Grande parte das iniciativas sugerida pode ser realizada independente da licitação, isto é, depois das compras.
3. Depois da compra, vem a distribuição, o preparo, o armazenamento, o controle de estoque, o consumo etc. Em todos estes momentos e espaços, muitas coisas diferentes já podem ser feitas e não dependem da licitação.
4. Há orientações do MEC sobre os produtos perecíveis. "Para os produtos perecíveis (frango, ovos, carne bovina fresca, leite pasteurizado, pão, peixe, frutas e verduras) poderá ser aplicado o Art. 24, inciso XVII da Medida Provisória N^o 360 (18/10/93), que altera dispositivos da lei n^o 8.666 (21/06/93)." "São considerados produtos perecíveis, conforme RESOLUÇÃO n^o 16/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para alimentos – publicadas no DOU (Diário Oficial da União) – Seção I – Parte I – 28.06.78, os produtos alimentícios, alimentos "in-natura", produtos semi-preparados ou produtos preparados para o consumo que, pela sua natureza ou composição, necessitam de condições especiais de temperatura para a sua conservação. (MEC/FAE – Departamento de apoio Alimentar e Nutricional, Departamento de Aquisições e Distribuição, Brasília, outubro de 1993).

Um dos campos de atuação e compromisso dos participantes foi levar a discussão da temática da oficina para discutir com os prefeitos, secretários, responsáveis que não estavam participando. Alguns lamentaram o fato de pessoas que nos seus municípios tem o poder de decisão, não estarem participando da oficina. Porém esse fato aumenta mais ainda a responsabilidade de quem participou, em procurar conversar com estas pessoas.

Outro compromisso foi discutir com monitoras, professoras, merendeiras. Programar capacitações locais. Tamandaré, Jaqueira e Barreiros se comprometeram. A SAS na pessoa de Cristina Nunes se comprometeu em consultar as instituições responsáveis, sobre a licitação e as oportunidades que a mesma abre, para se comprar os produtos dentro do município e aos produtores locais.

Ver mais informação no relatório das oficinas locais.